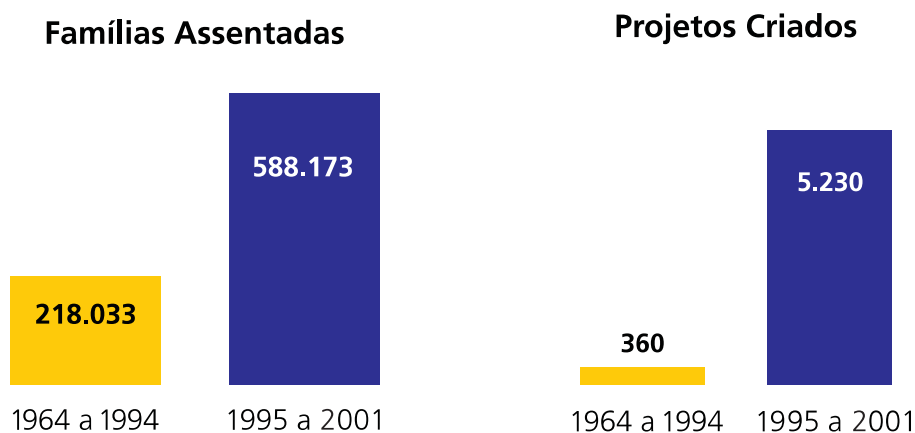


21. Em 7 anos, mais famílias assentadas do que em 3 décadas

O BRASIL ESTÁ REALIZANDO A MAIOR REFORMA agrária do mundo. A pesada herança de séculos de um Brasil latifundiário passou a mudar, em 1995, a partir de um conjunto de iniciativas do Governo Federal.

- Em sete anos, de 1995 a 2001, mais de 588 mil famílias foram assentadas e 5.639 projetos de assentamentos foram criados. Isso representa mais do que 2,5 vezes o número de famílias assentadas nos 30 anos anteriores a 1995.
- Neste período, quase 20 milhões de hectares de terra foram obtidos, dos quais 50% mediante o instrumento da desapropriação, ato punitivo ao descumprimento da função social da propriedade prevista na Constituição Federal, e mais um tanto por meio de aquisições e dos programas de crédito fundiário, como o Cédula da Terra e Banco da Terra.
- Os investimentos no período foram de 13,2 bilhões, o maior montante já destinado a um Programa de Reforma Agrária.

A Maior Reforma Agrária do Mundo



Fonte: MDA

- Para apoiar a instalação dos assentados e assegurar a infra-estrutura básica para a estruturação produtiva dos projetos de assentamento, o Governo Federal distribuiu R\$ 642,7 milhões em créditos (alimentação, fomento, habitação) e R\$ 937,2 milhões para a implantação de abastecimento d'água, abertura e recuperação de estradas e instalação da rede elétrica, entre outras obras.
- Desde 2000, os assentados da reforma agrária vêm sendo beneficiados com recursos do FGTS para a construção de 70 mil moradias, num investimento de quase R\$ 70 milhões.

Investimentos em Reforma Agrária entre 1995 e 2001

AÇÃO	UNIDADE	TOTAIS
Orçamento do MDA	R\$	15.597.156.688,00*
Obtenção de terras	Hectare	19.737.421
Projetos de assentamento criados	Unidade	5.639
Famílias assentadas	Família	588.173**
Crédito instalação (alimentação, fomento e habitação)	R\$	642.762.120
Infra-Estrutura (abastecimento d'água, estradas, eletrificação)	R\$	937.269.613

* Neste total está incluído o orçamento do MDA para 2002.

** Neste total estão incluídas as famílias atendidas pelo Banco da Terra entre 1999 e 2001.

FONTE: MDA/Incrá.

A justiça social no campo está se fazendo por dois caminhos que correm juntos: a Reforma Agrária e o apoio à Agricultura Familiar.

- A Reforma Agrária é feita pelo Governo Federal em plena democracia, sem atropelos nem arranhões ao Estado de Direito.
- O trabalhador está tendo acesso a terra numa escala sem paralelo no mundo em países democráticos. E a agricultura familiar passou a ser apoiada numa escala igualmente sem precedentes. Esses dois esforços fazem parte do Programa Novo Mundo Rural, que vem introduzindo uma nova concepção de desenvolvimento do meio rural: a do desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em níveis local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais.
- Os resultados das ações de reforma agrária (em todas as esferas de governo), somados aos do combate à grilagem de terras, vêm propiciando uma melhora na distribuição de terras, atestada pela queda do Índice de Gini (principal indicador de concentração fundiária), o que melhorou a posição do Brasil entre os países do continente americano de maior concentração de terras (de 5ª para 12ª posição).

Famílias Assentadas entre 1995 e 2001 por Estado

ESTADO	INCRA (desapropriação, aquisição, terras públicas, vagas em projetos antigos)	BANCO DA TERRA	TOTAL
AC	25.699	-	25.699
AL	5.062	455	5.517
AM	19.575	-	19.575
AP	7.010	-	7.010
BA	25.015	1.830	26.845
CE	26.075	1.698	27.773
DF	9.042	-	9.042
ES	2.858	462	3.320
GO	6.329	2.247	8.576
MA	56.814	1.765	58.579
MG	8.755	2.665	11.420
MS	11.834	2.654	14.488
MT	70.523	1.201	71.724
PA	77.362	-	77.362
PB	11.422	732	12.154
PE	13.341	1.621	14.962
PI	14.203	978	15.181
PR	15.277	1.276	16.553
RJ	4.254	403	4.657
RN	17.109	302	17.411
RO	26.606	-	26.606
RR	10.718	-	10.718
RS	8.938	8.920	17.858
SC	3.566	4.128	7.694
SE	5.782	511	6.293
SP	8.522	3.847	12.369
TO	22.472	293	22.765
TOTAL	514.163	37.988	552.151

OBS: A este número devem ser somadas mais 36.022 famílias que correspondem ao total de TÍTULOS DE DOMÍNIOS conferidos pelo INCRA entre 1995 e 2001, perfazendo um total geral de 588.173 famílias assentadas no período.

Pronaf: R\$ 14,5 bilhões de crédito para agricultores familiares

Pela primeira vez na história do país, os agricultores familiares tiveram realmente acesso ao crédito bancário. Entre 1995 e 2001, o Pronaf disponibilizou a esse importante segmento da agropecuária Brasileira mais de R\$ 14,5 bilhões.

- Neste período, foram processados cerca de 4,6 milhões de contratos de empréstimos nas várias linhas de crédito do programa, que se tornou um dos principais programas na área de desenvolvimento rural, com a geração de emprego e renda no campo.
- Essa forma de crédito rural vem favorecendo também a economia das pequenas e médias cidades do interior do Brasil. 70% dos municípios atendidos pelo Pronaf têm menos de 20 mil habitantes.

<i>Evolução do Crédito Rural para a Agricultura Familiar</i>		
Ano	Número de Contratos	Valor (Em R\$)
1995	32.000	93.000.000,00
1996	332.828	649.795.000,00
1997	496.550	1.637.440.000,00
1998	709.906	1.814.922.000,00
1999	822.771	1.955.496.709,00
2000	969.727	2.188.655.116,55
2001*	909.802	2.151.068.063,51
TOTAL	4.273.584	10.490.376.889,06

Fonte: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar.

Entre as principais características do Pronaf, destacam-se:

- São beneficiários do Pronaf: assentados da reforma agrária; agricultores atendidos pelo Banco da Terra; agricultores familiares, até mesmo remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas; cooperativas e associações de produção de agricultores familiares.
- Os créditos podem destinar-se a atividades de custeio (financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias) e de investimento (financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e nãoagropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas).
- Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com grupo de produtores para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais).
- De acordo com o perfil dos beneficiários, o Pronaf é composto por várias linhas de acesso ao crédito, cujas condições de acesso e pagamento são altamente favoráveis aos agricultores familiares. No quadro abaixo, confira as condições das principais linhas:

Condições de Acesso e Pagamento das Principais Linhas de Crédito do Pronaf

Atividade	Linha de crédito	Limites	Prazo de reembolso	Juros a.a.	Descontos
Custeio	Grupo "C"	Mínimo de R\$ 500,00 e máximo de R\$ 2 mil por mutuário, em uma única operação em cada safra.	Até 2 anos, observado o ciclo de cada empreendimento	4%	Desconto de R\$ 200,00 por mutuário em cada operação no ato do pagamento da última parcela ou da liquidação antecipada do financiamento.
	Grupo "D"	Até R\$ 5.000,00 por mutuário, em cada safra.	Até 2 anos, observado o ciclo de cada empreendimento	4%	-
Investimento	Grupo "A"	Projetos de estruturação inicial: - em até duas operações, de valores entre R\$ 4 mil e R\$ 9.500,00, deduzidos os valores já concedidos a título de adiantamento de custeio associado; - o valor total dos créditos concedidos pode ser elevado até R\$ 12 mil, quando a atividade requerer aumento e o projeto técnico comprovar a sua necessidade e para até R\$ 13 mil para custear a assistência técnica	Até 10 anos, aí incluídos os seguintes prazos máximos de carência: - 5 anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo; - 3 anos, nos demais casos.	1,15%	Desconto de 40% sobre o principal no ato de cada amortização ou da liquidação; ou desconto de 45% quando o beneficiário optar pelo adicional para custear a assistência técnica
	Grupo "B"	R\$ 500,00, podendo ser concedidos até três empréstimos consecutivos e não-cumulativos.	Até 1 ano, aí incluído o prazo máximo de 6 meses de carência.	1%	Desconto de 40% em cada parcela de amortização
	Grupo "C"	a) individual: mínimo de R\$ 1.500,00 e máximo de R\$ 4 mil por operação, podendo chegar a R\$ 6 mil de acordo com a atividade a ser financiada b) coletivo ou grupal: R\$ 40 mil, observado o limite individual por beneficiário;	Até 8 anos, aí incluídos os seguintes prazos máximos de carência: a) 5 anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo; b) 3 anos, nos demais casos.	4%	a) bônus de adimplência de 25% na taxa de juros para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento; b) desconto, no valor de R\$ 700,00 por beneficiário, distribuído uniformemente entre as parcelas de amortização do financiamento.
	Grupo "D"	a) individual: até R\$ 15 mil por beneficiário, podendo chegar a R\$ 18 mil, de acordo com a atividade a ser financiada; b) coletivo ou grupal: R\$ 75 mil, observado o limite individual por beneficiário.	Até 8 anos, aí incluídos os seguintes prazos máximos de carência: a) 5 anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo; b) 3 anos, nos demais casos.	4%	Bônus de adimplência de 25% na taxa de juros, para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento.
Investimento	Integrado Coletivo	Coletivo ou grupal: até R\$ 200 mil observado o limite individual de até R\$ 5 mil por beneficiário	Até 8 anos com até 3 anos de carência	4% a. a.	Desconto de 25% na taxa de juros para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento
	Agregar	a) individual: até R\$ 15 mil por beneficiário; b) coletivo ou grupal: até R\$ 600 mil observado o limite individual por beneficiário	Até 8 anos com até 3 anos de carência	4% a. a.	Desconto de 25% na taxa de juros para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento
	Florestal	a) Grupo C individual: até R\$ 4 mil b) Grupo D individual: até R\$ 6 mil	Até 12 anos com até 8 anos de carência	4% a. a.	Desconto de 25% na taxa de juros para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento

Banco da Terra atendeu cerca de 38 mil famílias

Desde 1998, a desapropriação deixou de ser o único meio de o agricultor ter acesso à terra. Uma lei criou o Banco da Terra, que financia não só a terra, mas também a infra-estrutura básica para trabalhadores rurais que queiram tornar-se proprietários. Assim, ficou mais fácil se fixar no campo, com as melhores condições de acesso ao crédito e ao financiamento.

- Até maio de 2002, o número de famílias atendidas pelo Banco da Terra era de 37.988, conforme especificação abaixo:

BANCO DA TERRA – Famílias Atendidas e Recursos			
Investidos por Região			
Região	Nº de Municípios	Famílias atendidas	Recursos (Em R\$)
Sul	1.017	14.324	292,8 milhões
Sudeste	162	7.377	86,2 milhões
Centro-Oeste	63	6.102	82 milhões
Nordeste	298	9.892	122,7 milhões
Norte	8	293	3,6 milhões
TOTAL	1.548	37.988	587,4 milhões

Fonte: MDA/Secretaria do Banco da Terra

- Recentemente, o Conselho Curador do Banco da Terra aprovou a liberação de R\$ 124,5 milhões para o financiamento de compra de terra e o investimento em infra-estrutura básica para novos oito mil beneficiários em 13 Estados do País. Outros oito mil agricultores aguardam a conclusão dos processos de aquisição do imóvel rural. Assim, em breve, o Banco da Terra estará contabilizando um total de 55 mil famílias atendidas.
- Pelas regras do Banco da Terra, cada família é contemplada, em média, com R\$ 18 mil para o financiamento da compra da terra e para a implantação da infra-estrutura básica. O pagamento pode ser feito pelos beneficiários em até 20 anos, sendo três de carência, com juros médios prefixados em 4% ao ano (sem correção monetária).
- Pode ter acesso ao Banco da Terra todo brasileiro que comprovar experiência mínima de cinco anos de atividade rural e seja organizado em cooperativas, associações ou condomínios rurais.

Crédito fundiário e combate à pobreza rural

O Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural é uma iniciativa do Governo Federal complementar a outros programas de reforma agrária executados atualmente no Brasil. Com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza rural no país, o governo Brasileiro, em parceria com o Banco Mundial, estará financiando a compra de terras e apoiando ações comunitárias, mediante o aumento da renda de trabalhadores sem-terra ou minifundiários.

- Com um custo total de 400 milhões de dólares, o projeto pretende beneficiar, ao longo de três anos, 50 mil famílias, em todos os estados das regiões Nordeste e Sul e mais dois estados do Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo). Para implementar o projeto, o Banco Mundial estará financiando empréstimo no valor de 200 milhões de dólares, que terá vencimento em 15 anos, com um período de cinco anos de carência.
- Esse projeto permite a incorporação, ao programa de reforma agrária, de áreas inferiores a 15 módulos fiscais ou propriedades produtivas.
- Discutido previamente com entidades da sociedade civil organizada, o projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural tem caráter participativo e está envolvendo grupos comunitários, governos estaduais e municipais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.

Ano	Nordeste	Sudeste	Sul	TOTAL
2001	8.000	1.000	1.000	10.000
2002	16.000	2.000	2.000	20.000
2003	12.000	1.500	1.500	15.000
2004	4.000	500	500	5.000
TOTAL	40.000	5.000	5.000	50.000

Capacitação e assistência técnica a assentados e a agricultores familiares

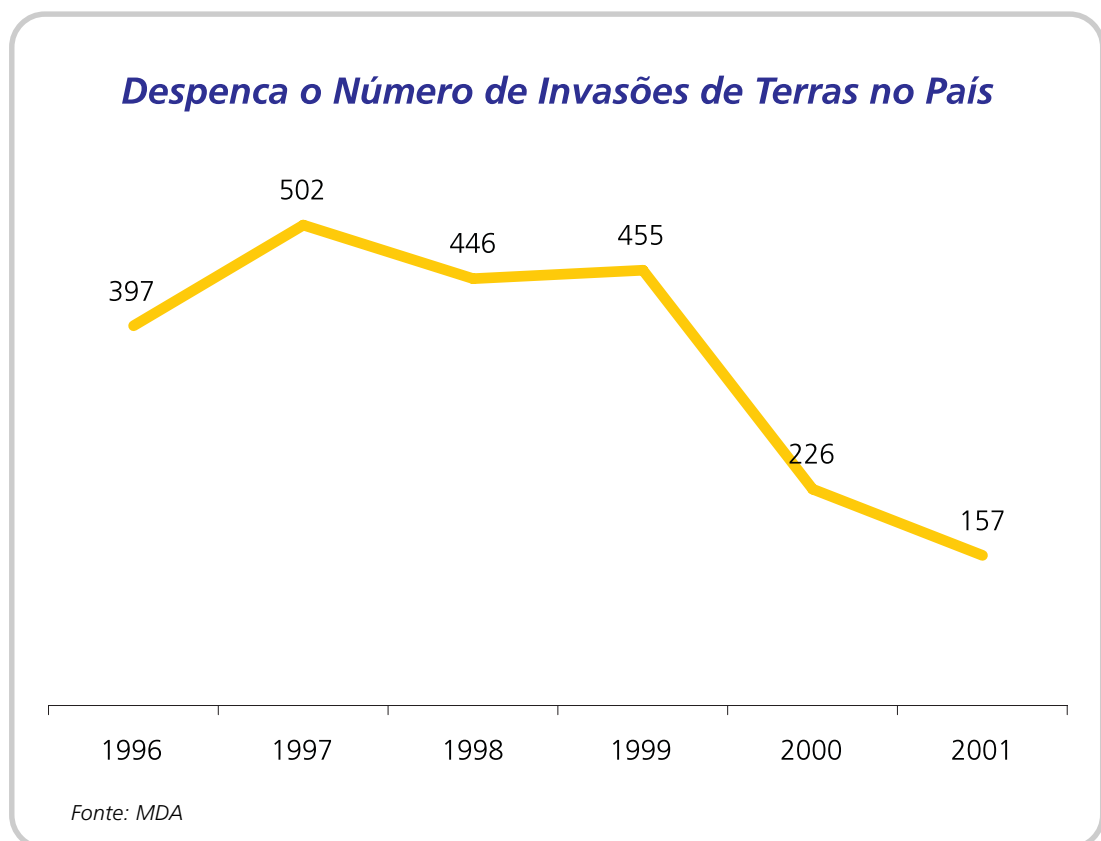
Nos últimos anos, a preocupação do MDA/Incrá foi a de obter terras com qualidade e viabilidade para exploração de atividades rurais e a de disponibilizar aos agricultores o suporte necessário para que seu negócio prospere. Neste sentido, várias ações foram desencadeadas:

- *Capacitação e Assistência Técnica.* Entre 1996 e 2001, o Governo Federal aplicou um total de R\$ 145 milhões em capacitação básica destinada aos assentados, apoio a projetos de capacitação e contratação de equipes de assistência técnica, além de diversas ações desenvolvidas em parceria com Estados e Municípios.
- *Apoio à Comercialização.* Visando assegurar maior agilidade ao processo produtivo e profissionalizar as ações de agricultores familiares e assentados, o Governo Federal, em articulação com organizações e movimentos sociais, ONG's e governos estaduais e municipais, vem estimulando a criação de Agências Regionais de Comercialização – Arco's. Até o momento, já havia sido criadas um total de 35 agências, que atendem uma comunidade de cerca de 350 mil agricultores familiares e 191 mil assentados da reforma agrária em 624 municípios do País.
- *Educação Para Jovens e Adultos.* Criação do Pronera – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária.
- *Formação de uma consciência ecológica nos assentamentos.* Entre as ações desenvolvidas, vale destacar:

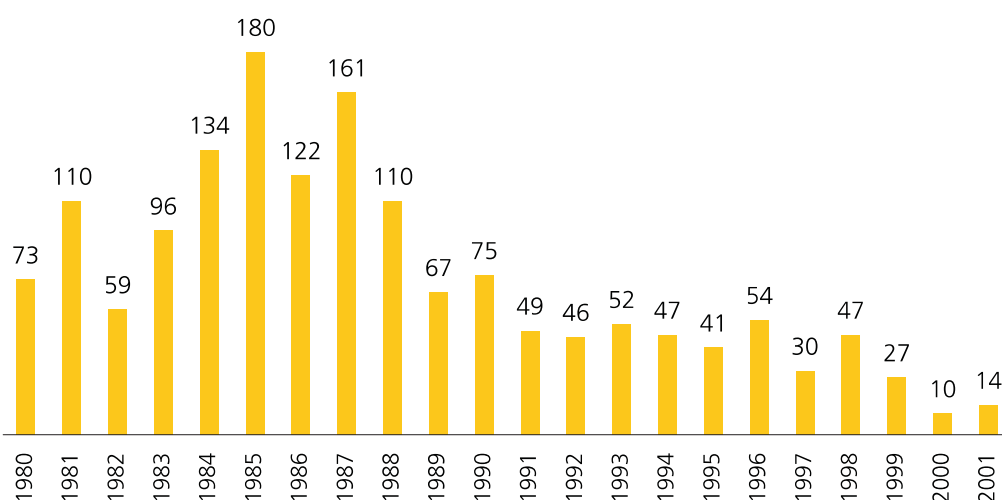
- a) Mudança do processo de criação e implantação de projetos de assentamento de reforma agrária, introduzindo o componente ambiental em sua estruturação social e econômica.
 - b) Incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais, com o aprimoramento do Pronaf a fim de aumentar a oferta de créditos destinados ao financiamento de atividades de caráter ambiental como a silvicultura, a aqüicultura, a pesca artesanal, o ecoturismo, a agricultura orgânica, a criação e o manejo da fauna silvestre e o reflorestamento e o manejo florestal.
 - c) Destinação das terras arrecadadas pela União e daquelas provenientes do combate à grilagem para a criação de Unidades de Conservação Ambiental.
- *Obras de infra-estrutura.* Em apoio à reforma agrária e ao desenvolvimento e à consolidação dos projetos de assentamento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário selou várias parcerias com outros ministérios que vem beneficiando os assentados com ações de infra-estrutura, tais como: Luz no Campo (MME/Eletrobrás); Telefonia Rural (MC/Anatel); Cisternas (MMA/ANA); Fundescola (MEC); Fossas Assépticas (MS/Funasa); Esporte na Escola (MET), entre outras.

Menos violência no campo

Os resultados dos investimentos em reforma agrária e o apoio dado à agricultura familiar refletem-se diretamente na redução dos conflitos no campo. Conforme os gráficos abaixo, diminuiram substancialmente os assassinatos de trabalhadores rurais em decorrência de disputas pela terra e caíram sensivelmente as invasões de terra em todo o Brasil.



Diminuem os Assassinatos de Trabalhadores Rurais



Fonte: MDA

- Mesmo com a redução da violência, o Governo Federal não se dá por satisfeito, pois entende que a meta de um programa de reforma agrária deve ser sempre a de evitar qualquer tipo de violência no campo. Assim, vem dando ênfase às ações preventivas aos conflitos no campo, como a criação de Ouvidorias Agrárias estaduais e de um Comitê de Acompanhamento e Solução de Conflitos.
- Ampliação e fortalecimento das ações de diálogo com os movimentos e entidades representativas dos trabalhadores rurais.
- Criação do Programa de Acesso Direto à Terra, que possibilita a qualquer interessado o direito de se candidatar, via agências dos Correios (mais de 10 mil em todo o Brasil), a um lote de terra, eliminando os intermediários e dando transparência à seleção dos beneficiários.

Um golpe duro nas superindenizações de terras

Graças a uma atuação judicial mais moderna e eficaz, o governo economizou R\$ 655 milhões nos últimos 5 anos com o pagamento de precatórios (instrumento previsto na lei para que órgãos públicos paguem seus débitos originados de decisões judiciais favoráveis aos antigos proprietários). A redução de gastos foi de 56% no período de 1997 a 2001. Antes de 1997, os gastos com precatórios eram de até 3 vezes o valor do orçamento do Incra. Naquela época, ficaram famosos os escândalos das superindenizações pagas a muitos proprietários rurais.

- Em 1997, a economia chegou a 60% (R\$ 467 milhões). Nos anos seguintes, continuou evoluindo, chegando a 85% (R\$ 115 milhões) em 2000. Já no ano passado, o total economizado atingiu 43% (R\$ 15,2 milhões).

- A expressiva economia com precatórios deve-se a medidas adotadas pelo Incra, a partir de 1997, como a reestruturação da Procuradoria Jurídica, ampliação do número de procuradores, contratação de contadores judiciais, mudanças na legislação agrária e uma ação efetiva de contestação de condenações decretadas pela Justiça contra o Incra.
- A fragilidade dos recursos de contestação apresentados pelo governo era o principal motivo que levava o Incra a ser condenado a pagamento de precatórios.

Como foi a Economia com Precatórios, ano a ano		
Ano	Valores (R\$)	Redução
1997	467 milhões	60%
1998	16 milhões	17%
1999	41 milhões	34%
2000	115 milhões	85%
2001	15 milhões	43%
TOTAL	655 milhões	56%
<i>Fonte: MDA/Incra</i>		

Resolvendo um problema que começou há 5 séculos

Nos capítulos anteriores foram apontados os caminhos que estão levando o Brasil a resolver o problema fundiário – que, aliás, remonta a nada menos que ao ano de 1530, com a criação das capitanias hereditárias e dos sistema de sesmarias (grandes glebas distribuída pela Coroa Portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las e a receber em troca um sexto da produção). Confira algumas datas:

- *Em 1966*, o governo militar fez o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel.
- *Em 1970*, foi criado o Incra, que tentou fazer a colonização da Amazônia. Levas de migrantes nordestinos foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários – uma experiência que não foi bem-sucedida.
- *Em 1985*, com a redemocratização do Brasil, lançou-se um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Para isso foi criado o Mirad (Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária). Quatro anos depois, os resultados alcançados eram muito mais modestos: 83 mil famílias em pouco menos de 4,5 milhões de hectares.
- *Em 1995*, contando com ampla maioria parlamentar e sensível à crescente pressão da sociedade, o presidente Fernando Henrique decidiu fazer da Reforma Agrária uma das prioridades do seu governo, com o compromisso de assentar 280 mil famílias em 4 anos.

- Em 1996, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual se incorporou o Incra. Desde então, a Reforma Agrária foi fortemente acelerada e as metas originais chegaram a ser ultrapassadas em curto espaço de tempo.

Combate à Grilagem de Terras

O propósito de fazer a reforma agrária em benefício de milhares de trabalhadores rurais sem terra e de uma melhor distribuição de terras no país, pressupõe um decidido e intenso combate à grilagem de terras, que vem a ser uma apropriação fraudulenta de títulos de porções de terras que, em muitos casos, sequer existem de fato. As principais ações de combate à grilagem foram as seguintes:

- Em dezembro de 1999, o MDA anunciou o cancelamento dos registros cadastrais de 3065 imóveis rurais, no total de 93 milhões de hectares, a maior parte com indícios de grilagem
- Todos os proprietários de áreas iguais ou superiores a 10 mil hectares foram chamados pelo Incra para comprovar a legitimidade da documentação de suas propriedades.
- A Câmara dos Deputados instalou uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de grilagem
- Em julho de 2000 um balanço mostrou que 62 milhões de hectares continuavam irregulares e foram cancelados do cadastro do Incra.
- Em junho de 2001 o MDA determinou a revisão dos cadastros de imóveis rurais com área entre 5 mil e 9,9 mil hectares.
- Mais de 40 milhões de hectares tiveram seus registros imobiliários cancelados ou bloqueados pela justiça, devido à comprovação de grilagem, até julho de 2001.
- Até meados de julho de 2001 mais de 430 cadastros estavam definitivamente extintos do Sistema Nacional de Cadastro Rural.
- Os estados do Amazonas, Pará, Amapá e Acre são os que possuem maior índice de terras griladas, conforme a tabela abaixo:

Combate à Grilagem de Terras	
Áreas bloqueadas ou canceladas	Área (Ha)
Amazonas	47.682.125,00
Acre	765.211,90
Amapá	1.397.691,30
Pará	11.450.749,50
Total	61.295.777,70

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- Em 2001, o Congresso Nacional aprovou o projeto que cria o Sistema Público de Registro de Terras, projeto este elaborado por iniciativa do MDA, visando unificar as informações dos diversos órgãos responsáveis pela certificação da propriedade da terra e dar mais transparência aos registros cartoriais e imobiliários.